

Confronto

Votação do sistema começa com emenda presidencialista

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado especial a Brasília

Ulysses Silveira Guimarães, 71, estará certamente vivendo hoje o dia mais movimentado de sua longa carreira parlamentar. Não estará na poltrona de couro cinzento da presidência da Mesa quando, às exatas 14h30, for aberta a sessão em que poderá ser votado o sistema de governo a ser instituído pela nova Constituição. Mas fará tão logo um de seus vice-presidentes, o senador Mauro Beneditos (PMDB-CE) ou o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), constatarem haver quórum em plenário.

Antes que no mínimo os 280 constituintes necessários para as votações ocupem seus lugares, funcionará o mesmo esquema de "pinga-fogo" não regimental que tem prevalecido nas últimas três semanas: oradores inscritos discursam por três minutos sobre o tema que bem entenderem. Ao contrário do "pinga-fogo" previsto pelo regimento, não se abrirá espaço para comunicações das lideranças de bancada.

Galerias

Aquelas alturas, trinta funcionários do corpo de segurança da Câmara já estarão conduzindo o público às

438 poltronas das galerias. A sessão será testemunhada apenas pelos que conseguirem senhas de ingresso junto a um deputado ou senador. Há ainda, nas galerias, 156 lugares para a imprensa. Na tribuna nobre, 40 poltronas são reservadas para o corpo diplomático.

No plenário, 25 agentes só permitirão o acesso de repórteres com credenciais especiais. Quanto aos próprios constituintes, a expectativa é de que se chegue bem perto do recorde de frequência. Ontem, um dia medianamente movimentado, dos 559 eleitos, havia no momento de pico 357 votando.

A votação será primeiramente

feita com a emenda presidencialista assinada pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). Ela dispõe de preferência por ter sido depositada com o maior número de assinaturas: 351.

Se ela não obtiver 280 votos a favor, nem 280 contra, por se tratar de emenda coletiva, será novamente submetida ao voto amanhã. Mas há uma ambiguidade regimental sobre a necessidade ou não de se suspender até lá a sessão.

Isso porque o regimento diz que se deve, nesses casos, prosseguir na análise da "matéria". Ora, o conceito engloba outra emenda sobre o

sistema de governo, a que prevê o parlamentarismo e é encabeçada pela assinatura do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Assim, é possível que haja uma batalha regimental em plenário, com os parlamentaristas exigindo que se prossiga votando e os presidencialistas insistindo na suspensão da sessão.

Se Ulysses Guimarães optar pelo prosseguimento dos trabalhos, vota-se a emenda Egidio. Se não obtiver 280 votos a favor, mas se ao mesmo tempo não for derrotada por 280 votos contra, a ela se aplica a mesma lógica da emenda anterior:

feita com uma nova votação marcada para 24 horas depois.

O roteiro se modifica caso os presidencialistas consigam os 280 votos, ou se eles tiverem sua emenda derrotada, e a seguir a emenda parlamentarista obtenha o quórum de aprovação.

Caso nada seja aprovado ou rejeitado na segunda rodada, entra em votação o texto da Sistematização (parlamentarista). Se novamente não houver uma decisão majoritária, a sessão será suspensa por 24 horas para que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), parlamentarista, apresente uma nova emenda.

TVs Manchete e Cultura vão transmitir a sessão ao vivo

Da Sucursal de Brasília

As emissoras de TV transmitem hoje, ao vivo, a votação do sistema de governo a ser aprovado pelo Congresso constituinte. A Manchete e a Cultura prometem mostrar, sem interrupções, todo o processo de votação, inclusive os discursos de encaminhamento da emenda presidencialista, que será a primeira proposta a ser apreciada. A Globo e a Bandeirantes transmitirão "flashes" dos principais momentos.

"Vamos prestar um serviço ao público", disse Tonico Ferreira, repórter da TV Cultura encarregado de acompanhar passo a passo todo o processo de votação do sistema de governo. Mesmo sem uma sucursal em Brasília, a Cultura montou um esquema especial para garantir uma cobertura pormenorizada nos três jornais da emissora, além da transmissão, à tarde, ao vivo.

Foi a mesma orientação adotada pela TV Manchete, que ampliou o número de repórteres no plenário do Congresso constituinte e instalou três câmeras para transmissão ao vivo. A jornalista Marilene Chiarelli, contratada para ser a comentarista política da emissora em Brasília, estreia hoje reforçando o trabalho do comentarista Villas Boas Corrêa.

"A TV Manchete dá prioridade absoluta ao jornalismo", afirmou o editor regional da emissora, Luis Gonzaga Mineiro. Logo pela manhã,

durante o "Repórter Manchete", serão transmitidos "flashes" das negociações, articulações e conversas dos defensores do parlamentarismo e do presidencialismo. A tarde, a programação será interrompida durante os momentos decisivos da votação.

"Não temos limite para a transmissão ao vivo", disse Renato Faleiros, editor de política da Cultura. Assim a emissora poderá mostrar, ininterruptamente, todo o processo de votação do sistema de governo. A Manchete promete a mesma coisa: durante a votação do sistema pela Comissão de Sistematização, a emissora transmitirá diretamente do Congresso constituinte por mais de uma hora.

Apenas flashes

Com cinco repórteres no Congresso, a TV Globo vai dar um tratamento especial da votação em seus telejornais, mas não vai mostrar o processo de votação completo. Os "flashes" serão dos momentos mais importantes. A cobertura da TV Bandeirantes será do mesmo estilo.

O diretor de programação da Bandeirantes em Brasília, José Carlos da Silveira, disse que os quatro programas jornalísticos da emissora serão voltados para o processo de votação com "flashes" e comentários de José Augusto Ribeiro diretamente do plenário do Congresso constituinte.

Parlamentarismo poderá ser defendido pelos 'veteranos'

Do enviado especial a Brasília

Embora até ontem à noite os parlamentaristas não tivessem escolhido a dupla de oradores que encaminhará em favor dessa forma de governo, a decisão caminhava para os constituintes mais idosos em plenário: os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), 82, e Luiz Viana Filho (PMDB-BA), 80. Eles somam 162 anos de idade, boa parte dos quais enriquecendo suas respectivas biografias políticas.

Os dois já escolhidos para a defesa do presidencialismo são mais jovens. Trata-se do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), 60, e do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), 46.

Nenhum deles redigiu seus discursos. Falarão de improviso, alinhavando argumentos que dizem esperar selecionar em cima da hora. Lucena, o mais precavido, já tem seu fio condutor. Dirá que foi sob o presidencialismo que o país obteve os momentos mais acelerados de desenvolvimento econômico e social. Barbosa mencionará certamente o argumento que tem permeado toda a comunidade brizolista: o de que o

presidente da República precisa ter poderes reais, para refletir no governo os temas democraticamente discutidos durante a campanha.

No campo parlamentarista, Viana diz que escolherá, segundo as necessidades do momento, itens sobre os quais discorreu em discurso de três horas que fez há dois meses no Senado. Afonso Arinos nada quis adiantar.

Em princípio, cada orador tem o direito de ocupar a tribuna por apenas cinco minutos. Mas em votações dessa importância — conforme ocorreu já na Comissão de Sistematização —, o presidente da Mesa é flexível, podendo permitir que o tempo seja quadruplicado.

Em verdade, dificilmente alguém deixará para decidir seu voto em razão de uma investida retórica na reta final. O próprio líder do PMDB no plenário constituinte, senador Mário Covas (SP), constatava ontem existirem outras variáveis de peso incomparavelmente maior.

De qualquer modo, é o ritual parlamentar que estará sendo cumprido, desta vez com todo o lado festivo dos grandes dias. (JBN)

Congresso constituinte se agita às vésperas da votação

Do enviado especial a Brasília

Em meio a prognósticos apertados e sem a mínima margem de segurança, o líder do PDT no plenário constituinte, deputado Brandão Monteiro (RJ), foi indagado sobre a única dissidência parlamentarista em sua bancada, a da deputada Moema São Tiago (CE).

O que seria normalmente objeto de uma longa e calma explicação virou um nervoso ultimato de Monteiro: "Terei uma conversa com ela, e ela vai precisar escolher se vota conosco e permanece no partido". Meia hora depois, Moema entrava em plenário de broche verde e amarelo, com a inscrição "Parlamentarismo", demonstrando manter, com relação à ortodoxia brizolista, apenas o compromisso de votar pelos quatro anos de mandato a Sarney.

O episódio foi exemplificativo de um Congresso constituinte que, ontem, às vésperas de uma decisão capital, permaneceu agitado e com muitíssima eletricidade no ar.

A começar pela sucessão de 14 oradores que subiram à tribuna entre 14h30 e 15h20, enquanto a presidência da Mesa aguardava o alcance do quórum regimental. Geralmente dispersos em temas desinteressantes, esses discursos, com duas únicas exceções, foram apaixonadamente centrados na votação do sistema de governo. Se Nilson Gibson (PMDB-PE), um dos homens próximos do Planalto, defendeu o presidencialismo com cinco anos, Nelson Carneiro (PMDB-RJ) procurou demolir tecnicamente a emenda presidencialista que, se for hoje rejeitada, implicaria na adoção do sistema parlamentarista.

A forma de governo era também predominante no burburinho dos constituintes. A ultra-parlamentaris-

ta Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) consolava os integrantes daquela corrente que demonstravam alguma preocupação, mas ela própria, ao fim da tarde, demonstrava-se preocupada com os efeitos da ofensiva presidencialista lançada pelo Planalto.

Uma ofensiva que o senador Roman Tito (PMDB-MG) qualificava de "agressão às nossas consciências", efetuada com a mobilização de governadores vindos às pressas para Brasília, e acompanhada "de uma ampla distribuição de favores fisiológicos".

Essa última parte da acusação é obviamente de difícil confirmação, embora rumores coincidentes demonstrassem o quanto homens próximos de Sarney haviam decidido jogar pesado. Era um deputado de Mato Grosso que recebera um telefonema do Ministério das Comunicações, lembrando-lhe sua condição de concessionário de uma emissora de TV. Era um deputado do Rio que só depois de comprovar sua fidelidade no momento do voto teria publicada a nomeação de um diretor da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Ou, ainda, um deputado gaúcho, parlamentarista e quatroanista, que foi informado ontem de manhã pelo Ministério da Saúde de que estava suspenso um convênio com uma Prefeitura da qual ele foi intermediário.

Em meio a essa enxurrada de relatos, ocupa o microfone de apertados um dos mais jovens deputados em plenário, Sérgio Spada (MDB-PR), 33, e anuncia ter optado pelo parlamentarismo. E efusivamente abraçado, segundo um ritual em que raramente as conversas em sentido inverso são feitas publicamente.

No salão verde —denominado a

Propostas	O que prevêem	Processo de votação
Emenda Humberto Lucena (PMDB-PB), coletiva	"Art. 90 — O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado."	Presidencialista. Será votada antes de outras emendas por ter conseguido o maior número de assinaturas (351) para sua apresentação. Se não obtiver a maioria absoluta (280) de votos favoráveis ou contrários, será submetida a nova votação após 24 horas. Se for rejeitada, será arquivada. A proposta tem o apoio do Centrão.
Emenda Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), coletiva	"Art. 90 — O Presidente da República é o chefe de Estado, o árbitro do Governo e o comandante supremo das Forças Armadas, cumprindo-lhe assegurar a unidade, a independência e o livre exercício das instituições nacionais." "Art. 99 — O Governo é constituído pelo Conselho de Ministros, que se compõe do Primeiro-Ministro e dos Ministros."	Parlamentarista. É a segunda a ser apreciada (obteve 341 assinaturas). Passa pelo mesmo processo de votação que a emenda anterior.
Texto da Sistematização	"Art. 90 — O Presidente da República é o Chefe de Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, cabendo-lhe garantir a unidade, a independência, a defesa nacional e o livre exercício das instituições democráticas." "Art. 101 — O Governo é exercido pelo Primeiro-Ministro e pelos integrantes do Conselho de Ministros."	Se as duas propostas anteriores forem rejeitadas e arquivadas, o plenário poderá apreciar o texto da Comissão de Sistematização, para evitar o chamado "buraco negro".
"Buraco negro"	—	Se não houver qualquer decisão até esta fase ("buraco negro"), o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e as lideranças do Congresso constituinte terão de encontrar uma fórmula que consiga a maioria absoluta dos votos em plenário.
Emenda individual	Proposta assinada por um único constituinte, que complementa propostas básicas do sistema de governo (parlamentaristas ou presidencialistas).	Só serão apreciadas por último e se não forem prejudicadas pela proposta (parlamentarista ou presidencialista) aprovada.

Editoria de Arte

Favelados vão a Brasília levar apoio a 5 anos

Da Sucursal do Rio

A Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e responsável pelos programas comunitários do governo, organizou a ida, ontem à tarde, de dez ônibus com moradores de três favelas do Rio para Brasília. Oficialmente, os moradores terão um encontro nacional para discutir o "Programa Fala Favela", que prevê a liberação de C\$ 12 milhões para as comunidades, mas a Folha apurou que a viagem tem por objetivo levar apoio, durante a votação no Congresso constituinte, para a proposta de cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Somente com as despesas de transporte e alimentação até Brasília, a Seac gastará C\$ 2,5 milhões.

"A Mangueira não foi convidada para ir ao Congresso, mas se o presidente Sarney precisar de apoio, nós daremos. Porque não garantir apoio se ele prometeu nos ajudar através do 'Fala Favela'?", indagou José Roque Ferreira, 38, presidente da Associação de Moradores do Morro do Telégrafo, que integra, com 30 mil moradores, o morro da Mangueira, na zona norte. Segundo ele, o convite para a viagem foi feito no último sábado pelo coordenador do "Programa Fala Favela" no Rio, conhecido apenas como Ronald.

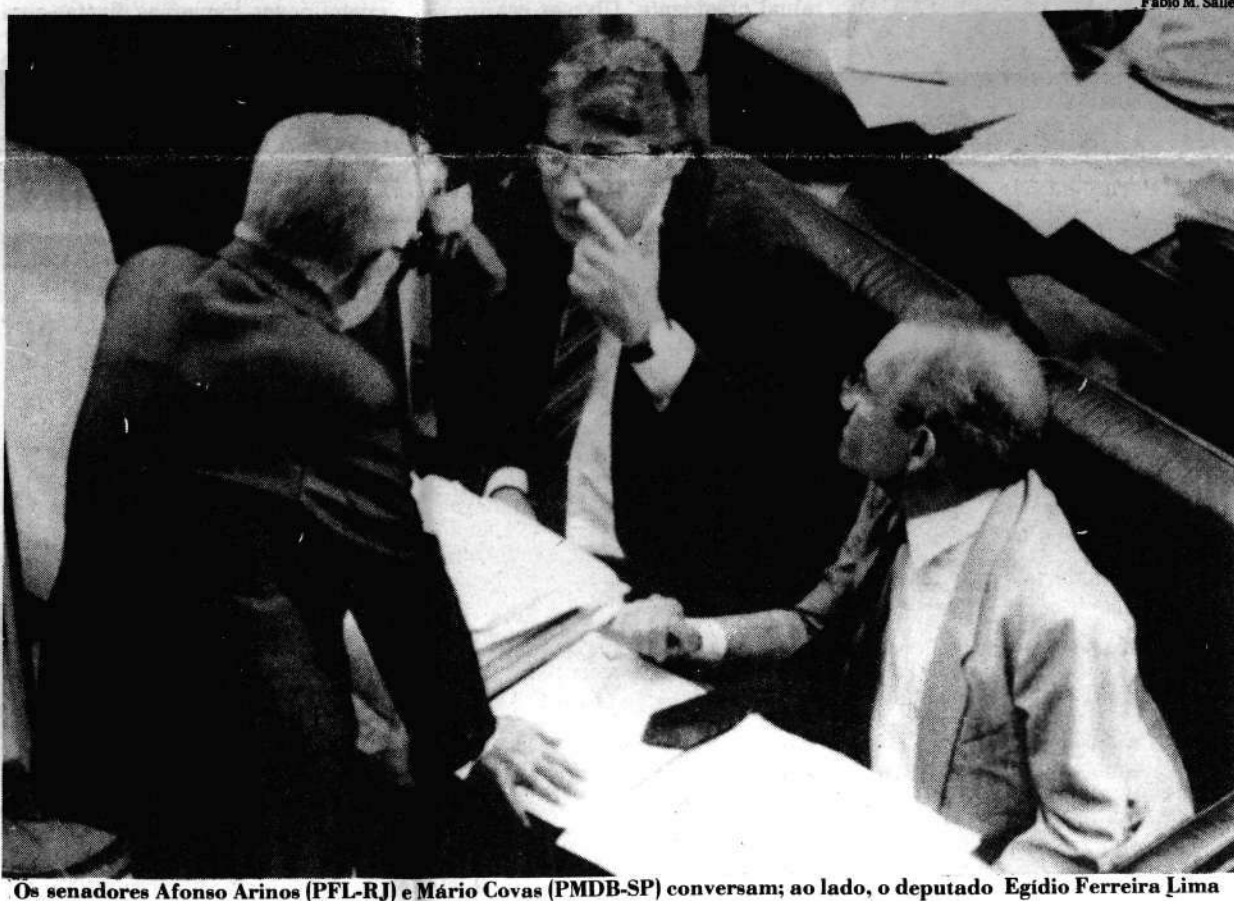
Desde as 16h, dezenas de moradores da Mangueira aguardavam os ônibus, que só chegaram às 18h30. Entre os moradores, muitos não sabiam o motivo da viagem. "Estou apenas acompanhando o presidente da associação mas não sei o que vamos fazer em Brasília. Se for para conseguir alguma coisa para a Mangueira até aplaudo o presidente Sarney", disse Cleide Vieira da Silva, 20.

"Nada de mal"

Nervoso, Roque proibiu os moradores de dar entrevistas e discutiu com os jornalistas. Favorável aos cinco anos para Sarney, não vê "nada de mal em ir a Brasília apoiar o presidente". Lá, a caravana será recebida, segundo informam Roque, pelo secretário de Desenvolvimento Social do governo, Nelson Proença, cujo nome constava de várias faixas na quadra da escola de samba Mangueira, que saudavam ainda o presidente Sarney.

O presidente da Associação dos Moradores do Borel, Altamiro Pereira Neves, não descartou a possibilidade de negociar a liberação imediata da verba do "Fala Favela" em troca de apoio aos cinco anos de mandato. A diretora do Centro Comunitário do Borel, na zona norte, Eliana Medeiros, disse que houve "um convite explícito para participar de manifestação em favor dos cinco anos por parte do coordenador, Ronald".

O coordenador da Seac no Rio, Antônio Arbex, negou que o órgão tenha organizado a ida da caravana. "A Seac não tem nada com essa viagem", disse.



Os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e Mário Covas (PMDB-SP) conversam; ao lado, o deputado Egidio Ferreira Lima



Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Aécio Neves (PMDB-MG) reúnem-se com parlamentares no plenário do Congresso

partir da cor de seu carpete, e pelo qual se tem acesso ao plenário da Câmara —, seis equipes de televisão e mais duas de produtoras independentes cercavam entrevistados, que aumentavam a confusão com declarações contraditórias. O presidencialista Humberto Lucena e o parlamentarista Fernando Henrique Cardoso, por pouco, a alguns metros de distância, não viram silhuetas para

as câmaras que os entrevistavam, suposta "pressão" em torno da opção presidencialista.

Num ambiente tão obsessivo, a gravidade de um protesto feito pelo deputado Amaury Müller (PDT-RS) tinha a dimensão de recreio só porque mudava de assunto. Ele se referiu à censura que alguns integrantes do chamado bloco evangélico impuseram a telas expostas na

por causa da luz em sentido contrário dos refletores acesos na entrevista alheia.

Em meio à guerra de nervos, um orador geralmente seguro, como o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) cometa um lapso, rejeitando "a prisão dos militares" quando, em verdade, ele se referia a uma Câmara, com acadêmicos nus artísticos. (JBN)

Pianista -Está nas mãos do deputado Ulysses Guimarães a decisão sobre o parlamentar-pianista que fraudou o voto do deputado Sarney Filho (PFL-MA) em uma votação em fevereiro. Após uma perícia, constatou-se que a foto publicada pela Folha, que mostra o parlamentar sentado na cadeira de onde partiu o voto fraudado, é do exato momento da votação. O parecer da comissão que apurou a fraude não aponta o culpado.

LSN - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai se reunir na próxima sexta-feira em João Pessoa (PB) para protestar contra a prisão do advogado Antonio Vital do Rego, presidente seccional da OAB, e contra o indiciamento, com base na Lei de Segurança Nacional, de cinco pessoas, pelos protestos contra o presidente Sarney na Paraíba, no último dia 12.

Aramar -O Núcleo Ecológico Morro de Ipanema de Sorocaba, realiza amanhã às 20h no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis, reunião para definir a organização do protesto marcado para o próximo dia 8, em frente aos portões do Centro Experimental Aramar, localizado em Iperó.

Silvio Santos - O procurador do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Antônio Carlos Mendes, afirmou que "houve abuso por parte de Silvio Santos, se analisarmos de forma rígida a atual legislação eleitoral. Não é possível fazer propaganda direta antes das convenções partidárias". Desde o último dia 6 o empresário e apresentador de TV vem falando em seu programa semanal na TVS sobre sua candidatura à Prefeitura de São Paulo.